

OPINIÃO SOCIALISTA



Nº684

15 a 28 de
novembro 2024

Ano 28

R\$2

(11) 9.4101-1917

opiniaosocialista

www.opiniaosocialista.com.br

@opsocialista

Portal do PSTU

@opiniaosocialista



VAMOS COMBATER A ESCRAVIDÃO MODERNA E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

FIM DA ESCALA 6X1

O GOVERNO SE OMITE NA ESCALA 6X1 E, COM O CONGRESSO, DIREITA E BILIONÁRIOS CAPITALISTAS, ATACA COM O ARCABOUÇO FISCAL



NOVEMBRO NEGRO

A luta pela memória de Zumbi,
Dandara e Palmares

Páginas 4 e 5

G20 NO RJ

Fora imperialistas,
genocidas e seus cúmplices

Páginas 14 e 15

CHARGE

ESCALA 6x1

6 CLTs TRABALHAM, EM 6 ANOS, MAIS DO QUE UM HERDEIRO TRABALHA SUA VIDA INTEIRA.



FALOU BESTEIRA

“Seis dias trabalharás, mas no sétimo descansarás”



Pastor Renato Vargens, usando a Bíblia para justificar a sua defesa da escala 6x1. Assim como ele, outros líderes da extrema direita defendem a escala 6x1, como Nikolas Ferreira (PL) e Jair Bolsonaro.

FÁBRICA DE MENTIRAS

MBL engana pessoas para viabilizar partido

“Um partido para defender a Amazônia”, de uma “agremiação estudantil”. Foi assim que um coletor do Movimento Brasil Livre (MBL) se aproximou de senhoras na Avenida Paulista, em São Paulo, tentando colher assinaturas para a fundação do partido do movimento, chamado “Missão”. A cena foi gravada e o vídeo foi obtido com exclusividade pelo portal Intercept Brasil. O episódio ocorreu em julho deste ano, na capital paulista, e revela a estratégia do grupo para coletar assinaturas: esconder o MBL e apelar para pautas que não são prioridade do movimento. Para fundar o partido, um sonho antigo do MBL, é preciso coletar 547 mil assinaturas em



dois anos. De acordo com o portal, várias pessoas relataram terem sido enganadas na coleta de assinaturas: o pedido era apresentado como se fosse um apoio a causas populares — Educação, defesa dos animais e até a proteção da floresta amazônica — e sem menção clara ao propósito real: viabilizar um partido

diretamente ligado ao MBL. O movimento nunca defendeu a Amazônia ou políticas a favor do meio ambiente. Pelo contrário, sempre se alinhou aos interesses do agronegócio. Em 2019, por exemplo, idealizou uma caminhada de 700 km para defender a pavimentação de uma rodovia no civa ao meio ambiente.

CRISE SOCIAL

Cresce a população que vive em favelas no Brasil



Os dados do Censo 2022, divulgados pelo IBGE, mostram que 16,4 milhões de pessoas estão vivendo em favelas e comunidades urbanas. Os dados mostram um retrato alarmante da crise social no Brasil: em 12 anos, a população que

vive em favelas no país aumentou 43%. O número equivale a 8,1% da população brasileira, cinco milhões de pessoas a mais que o registrado em 2010. A pesquisa mostra que há 12.348 favelas em 656 municípios do país. Segundo o IBGE, favelas e comunidades urbanas são localidades com características como insegurança jurídica da posse, ausência ou oferta precária ou incompleta de serviços públicos, padrões urbanísticos fora da ordem vigente e ocupação de áreas com restrição ou de risco ambiental. A Rocinha, no Rio de Janeiro, é a maior fa-

vela do país em termos populacionais, com 72.021 habitantes, seguida por Sol Nascente, em Brasília (70.908 moradores), e Paraisópolis, em São Paulo (58.527 pessoas). A população nas favelas é majoritariamente negra. Segundo os dados e usando os critérios do IBGE, as favelas e comunidades urbanas possuem 56,8% de pardos e 16,1% de pretos (ou seja, 72,9% de negros e negras, pelos critérios dos movimentos), números superiores aos percentuais observados na população total (respectivamente 45,3% e 10,2%, o que totaliza 55,5% de negros).

LANÇAMENTOS DE NOVEMBRO



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

✉ opinioao@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Não à escravidão moderna: abaixo a escala 6x1, o Arcabouço Fiscal e todos demais ataques

Enquanto a luta contra a escala 6x1 se massifica, nos corredores do Planalto e do Congresso Nacional, o governo Lula, juntamente com o Centrão, a direita e representantes da Faria Lima (a avenida, em São Paulo, símbolo do capital financeiro), está negociando os detalhes do pacote de cortes, que prometeu anunciar logo após o término das eleições municipais. E a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara segue discutindo a PEC 164/12, que proíbe o aborto legal no país.

GOVERNO COLOCA DIREITOS NA MIRA

O aprofundamento dos cortes já vem sendo realizado. Agora, será piorado com um pacote com ataques estruturais, como o fim do piso orçamentário da Saúde e da Educação. Em um momento no qual, ao mesmo tempo em que sofre com uma derrota eleitoral, o governo Lula vai ainda à direita, buscando atender os interesses dos bilionários capitalistas e se aliar com o Centrão e a direita, o que gera ainda mais desgaste para o governo.

Existe um debate no governo, mas não é sobre se devem, ou não, haver cortes sociais; mas como fazê-los. Setores, como José Dirceu, defendem a taxação de milionários e dividendos, além de alguns privilégios. Na terça, dia 11 de novembro, o próprio presidente Lula chegou a declarar que “se é para cortar, cortamos de militares, políticos, empresas, todo mundo”.

Enquanto fechávamos esta edição, Lula estava se reunindo com o Ministro da Defesa José Mucio, para discutir uma reforma nas aposentadorias dos militares, sendo que, quando o governo resolveu cortar R\$ 6 bilhões do Benefício de Prestação Continuada (BPC), para idosos e pessoas com deficiência, não se reuniu com qualquer representante de aposentados ou pensionistas.

Qual é o problema, aí? Primeiro, esse pacote é justamente para cumprir o Arcabouço e garantir os interesses dos banqueiros e bilionários. Isso à custa do



Ato do primeiro de maio em São Paulo

corte e da redução de investimentos nas áreas sociais. Segundo, mesmo que o governo, para passar uma falsa imagem de que todos estão contribuindo para o tal “equilíbrio fiscal”, negocie o fim de um ou outro privilégio dos militares, isso não vai se reverter em qualquer benefício à população. Vai virar caixa para cumprir a meta de déficit fiscal.

É um bombom envenenado para convencer o povo a aceitar ataques e retrocessos históricos em direitos como seguro-desemprego, FGTS, abono salarial e tantos outros que estão na mira, jogando a crise nas costas dos trabalhadores e do povo pobre, fazendo o serviço sujo para a direita.

FIM DA ESCALA 6X1, REDUÇÃO DA JORNADA E FIM DO ARCABOUÇO

Ninguém aguenta mais tanta exploração e massacre, nessa escala 6x1, que é uma verdadeira forma de escravidão moderna, promovida pelo sistema capitalista. A luta cresceu tanto que a

direita e a ultradireita ficou na defensiva neste tema. Figuras execráveis, como o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), foram obrigados a responder às exigências de suas próprias bases, em prol da medida.

Agora, vamos pensar. Grande parte da esquerda justifica os ataques do governo Lula a partir de uma pressão dos mercados e de uma suposta correlação de forças desfavorável. Se este realmente fosse o caso, o governo se apoiaria nesse movimento, que vem se massificando, não só para reduzir a jornada de trabalho, como também para ampliar direitos e enfrentar, de verdade, a ultradireita, o próprio Centrão e os bilionários capitalistas. Mas, o governo não vem se movendo para aprovar a medida.

O governo Lula não está em disputa. É um governo com e para a burguesia, com um projeto econômico social liberal, que só beneficia os bilionários e avança na entrega do país ao imperialismo. Por isso, precisa ser enfrentado e derrotado pelos

trabalhadores. Mas isso não vai acontecer sem uma oposição de esquerda, de classe, revolucionária e socialista. Sem isso, vai ser a ultradireita que continuará nadando de braçada a cada ataque do governo.

AVANÇAR NA LUTA PELA REDUÇÃO DA JORNADA E IR ALÉM

É necessário avançar na luta pelo fim da escala 6x1, com a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução dos salários. O crescimento do movimento iniciado pelo “Vida Além do Trabalho” (VAT) mostrou que isso é possível. No momento em que nos aproximamos do 20 de Novembro, dia da Consciência Negra, é preciso lembrar que a maior parte dos trabalhadores submetidos a essa escravidão moderna é negra.

É preciso pressionar pela aprovação da PEC no Congresso, mas isso, por si só, não irá garantir essa reivindicação. A direita argumenta que “alguém vai ter que pagar” pela

redução da jornada. É verdade! Então, que sejam os bilionários e os grandes empresários, já que foi o povo que pagou por 500 anos de exploração. E continua pagando.

Ou seja, é preciso lutar para que não haja redução do salário e nem aumento nos preços dos produtos. Para que os custos necessários para atender as reivindicações saiam dos lucros dos grandes capitalistas e bilionários, que, só até agosto, segundo a Receita Federal, receberam R\$ 97,7 bilhões em benefícios fiscais.

Que os grandes capitalistas também paguem pelos micros e pequenos empresários, igualmente sufocados pelos banqueiros, com os juros exorbitantes, já que, neste país, quem nada em subsídios e isenções são apenas os grandes latifundiários, os banqueiros, os grandes industriais e os mega-empresários bilionários do comércio, das redes de farmácias, do telemarketing etc. Sempre à custa de nosso dinheiro e da nossa exploração.

É necessário juntar essa luta ao combate contra o Arcabouço Fiscal e também contra qualquer ataque à Saúde, à Educação, ao seguro-desemprego, ao abono salarial, ao BPC, à aposentadoria ou quaisquer outros direitos. É preciso revogar a Reforma Trabalhista, a Reforma Previdenciária de Bolsonaro e todos os dispositivos que transferem nossas riquezas aos banqueiros, como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esta é uma luta que culmina no enfrentamento com o grande capital, a grande propriedade privada, o imperialismo e o próprio sistema capitalista. Por isso, a necessidade da construção de uma alternativa revolucionária e socialista, que coloque no horizonte da classe trabalhadora um novo modelo de sociedade, governada pela classe que produz as riquezas e que, portanto, deve geri-la, ao contrário de ser explorada por um punhado de capitalistas bilionários, que enriquecem com a nossa escravização para aumentar seus lucros.

NOVEMBRO NEGRO

Zumbi, Dandara e Palmares em disputa



HERTZ DIAS,
DA SECRETARIA DE NEGRAS E NEGROS DO PSTU

Neste “Novembro Negro”, daremos o pontapé inicial para as mobilizações rumo ao “Zumbi + 30”; ou seja, a celebração dos 330 anos de imortalidade de Zumbi dos Palmares, que acontecerá em novembro de 2025. Um evento que, com certeza, irá ser palco para uma luta encarniçada pela “narrativa palmarina” ou contra ela, em seus sentidos políticos e estratégicos.

Haverá aqueles e aquelas que se limitarão a reivindicar um destaque maior para Zumbi e Dandara na “galeria dos heróis nacionais” e manter a luta antirracista nos marcos da democracia dos ricos, se limitando a exaltar o empoderamento negro, exigir mais negros no Parlamento, na classe média e nas estruturas de poder. Enquanto, na quebrada, sangue negro não pinga..., escorre.

Mas, também haverá os da ultradireita, que seguirão com suas narrativas reacionárias, defendendo que Palmares não passava de um reduto de bandidos, que Zumbi foi um grande assassino, que racismo é “mimimi”, que “bandido bom é bandido morto” e que os redentores dos negros foram gente como a Princesa Isabel.

Um grupo que está se sentindo fortalecido com a eleição de Trump, nos Estados Unidos, e não medirá esforços para utilizar o racismo com arma política de opressão dos negros e negras e de divisão dos trabalhadores e trabalhadoras.

Nós, ao contrário, reivindicamos Palmares e todos quilombos, mas em sua essência histórica, política e estratégica. À luz da saga palmarina, podemos tirar importantes lições para a luta antirracista no Brasil.

PALMARES: NEGAÇÃO DA ESCRAVIDÃO E DO CAPITALISMO

A escravidão foi uma hecatombe e o Brasil o centro deste inferno. Fomos o país que mais recebeu africanos e africanas na condição de escravos. A expectativa de vida dos nossos antepassados, ao desembarcarem em nossas terras, era de sete anos, o que garantia a perenidade do tráfico negreiro.

Eram eles, os traficantes de escravos, os homens mais poderosos do Brasil. Os escravizados representavam uma classe, a que se tornou o núcleo-base de luta contra a escravidão. Palmares era o seu maior bastião.



Não era um simples refúgio de negros fugidos, mas uma fortaleza antiescravista, a mais importante das Américas. No início, um pedaço de chão fundado por um núcleo de 40 africanos de Guiné de Porto Calvo. Algumas décadas depois, uma República Negra, com mais de 30 mil rebeldes.

O auge de sua explosão demográfica se deu duran-

te a guerra entre as tropas holandesas e luso-espanholas (1630-1635). Ambos prometiam conceder a liberdade para os escravos, caso se incorporassem aos seus respectivos exércitos, mas quase todos negros e negras preferiram atacar seus senhores, libertar seus irmãos de classe, atear fogo nas senzalas e fugir para Palmares.

Somente velhos e molequinhos ficavam nas senzalas, conforme registros da época. Esse foi a primeira grande lição que Palmares no legou: independência de classe. O ensinamento de que, apesar das diferenças pontuais e temporárias entre os membros da classe dominante, todos são, por excelência, nossos inimigos estratégicos.

HISTÓRIA

A liberdade palmarina como uma utopia concreta em plena escravidão



Muitas vezes, quando falamos em socialismo, isto parece soar como um idealismo e não uma necessidade. Pois, na época de Palmares, pensar em africanos livres ou em trabalho livre para estes homens e mulheres seria o mesmo que “insultar Deus em dia de missa”. A escravidão africana era santificada pela igreja católica. Mas, em Palma-

res, o trabalho livre era regra geral.

Não só o trabalho, mas também a organização da economia. Enquanto a economia colonial era monocultora, latifundiária e escravista, em Palmares a economia era a policultura-comunitária, voltada para atender às necessidades de seus habitantes e para comercializar o ex-

cedente com produtos que não conseguiam produzir no próprio quilombo. Isso deve ter causado um grande impacto na consciência de todos que viviam sufocados em uma Colônia mergulhada em uma economia fechada, rígida e de permanente escassez.

Além disso, as mulheres africanas, que nas Casas-Grandes eram as mu-

camas, concubinas, cozinheiras, os “objetos sexuais” dos senhores e seus filhos, em Palmares eram matriarcas, como foi Aco-tirene, a grande conselheira em questões familiares e político-militares; Dandara, responsável pela defesa militar do quilombo; ou Aqualtune, a líder quilombola à frente de um dos 11 mocambos (as comunidades/cidadelas que, juntas, formavam Palmares e cujos dirigentes eleitos as-

sumiam a direção da República Palmarina).

Até a poliandria, em que a mulher teria mais de um companheiro, existia em Palmares. Alguns tentam atribuir essa forma de organização familiar à tradição africana, mas isso também tinha mais a ver com uma necessidade: a escassez de mulheres negras na sociedade colonial e, também, em Palmares.

O fato é que, com todas as adversidades da época, Pal-

mares se transformou no que parecia impossível de existir: uma utopia concreta.

UM CLASSISMO PLURIÉTNICO INDIGESTO PARA A BURGUESIA

Palmares era um território de africanos e africanas rebelados. Mas, também, para todos os marginalizados da sociedade da época. Mesmo em tempos de alta produção, a escassez de produtos e a penúria prevaleciam na colônia. Por

essas e outras razões, Palmares se transformou em um polo de atração para os oprimidos de Pernambuco e de outras provinciais, como Alagoas, Bahia, Sergipe etc.

Historiadores burgueses, ao tomarem conhecimento de que, em Palmares, foram encontrados objetos produzidos por povos indígenas, tentaram atribuir isso à prática de escravidão entre os palmarinos. Ora, ocorre que em Palmares todos trabalha-

vam: “Entre eles, tudo é de todos e nada é de ninguém”, tal como relatou o holandês Rodolfo Baro, que guerreou contra Palmares.

Se os escravos se rebelavam nas senzalas, porque não se rebelariam dentro de um quilombo que vivia em confronto permanente com as tropas dos colonizadores? Se houvesse escravidão em Palmares, esse quilombo, que durou mais de 70 anos, não teria durado sete meses.

NÃO TE ESQUEÇO MEU POVO

“Se Palmares não vive mais, faremos Palmares de novo”

Essa frase é composta por versos do poema “Notícias” (1983), de José Carlos Lima-eira, que já foram muitas vezes recitados em eventos do movimento negro: “Por menos que conte a História / Não te esqueço meu povo / Se Palmares não vive mais / Faremos Palmares de novo”.

Nós a reivindicamos. Não porque achamos que a História deva se repetir, mas pelo seu legado. Durante décadas, a burguesia excluiu Palmares dos livros escolares ou o apresentavam como uma caricatura, um lugar de bandidos e assassinos. Até hoje, a ultradireita surta quando ouve o nome de Zumbi e Palmares. E, se depender de nós, continuará surtando.

Como exemplo do pensamento desta ultradireita, vale citar o artigo publicado, em 13 de maio de 2020, pela professora Mayalu Felix, do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Maranhão (UEM), sob o título “Zumbi foi herói?”, em que ela “denuncia” que palmarinos “saqueavam, pilhavam, incendiavam engenhos próximos”.

Certamente, a referida professora não entendeu que a escravidão colonial era atravessada, de ponta a ponta, pela violência de classe. Violência que, em si, deve ser entendida como uma categoria econômica, em razão da quantidade de capital que a



burguesia portuguesa precisava mover para manter esse tipo de dominação.

Por isso mesmo, chega a ser engraçado que essa mesma professora, para fazer valer suas narrativas de meritocracia, reivindique Luiz Gama, “se esquecendo” de sua célebre frase, proferida diante de um tribunal do júri, nos anos 1870: “Todo escravo que mata o senhor, seja em que circunstância for, mata em legítima defesa”.

UM FOCO DE DESGASTE DO CAPITALISMO

Há também aquelas organizações governistas que criaram uma outra versão romântica de Palmares, de Zumbi e de Dandara, esvaziada de seu conteúdo de classe, revolucionário e não-conciliatório. Palmares não era apenas a negação da escravidão, mas também do capitalismo, pois, ao desgastar a escravidão, se transformou em um obstáculo real para a acumulação de capital na Europa.

Por diversas vezes, os palmarinos se negaram a aceitar acordos que garantiram a liberdade só dos escravos nascidos em Palmares, além de outras promessas. Ganga-Zumba aceitou, Zumbi e a maioria dos palmarinos, não! O projeto palmarino era a libertação de todos os negros e negras, o que implicava na destruição da escravidão em sua totalidade.

Não se alinharam a nenhum bloco escravista, nem à Holanda nem às forças luso-espanholas. Seus aliados estratégicos eram os próprios escravos, os indígenas e os brancos pobres, marginalizados pelo sistema. Palmares tomou de pé, não numa guerra cega, por um ideal pequeno-burguês, mas por um projeto estratégico, subordinado a uma necessidade inerente a todo ser humano explorado e oprimido: a liberdade plena.

PRA FAZER PALMARES DE NOVO É PRECISO LUTAR PELO SOCIALISMO

A continuidade da luta palmarina, hoje, se manifesta na titulação dos territórios quilombolas, na demarcação das terras indígenas, na geração de empregos, na desmilitarização da PM e no fim da violência policial contra o povo negro e pobre. E, combinado a tudo isso, na luta pelo socialismo.

Por isso, a ultradireita nega Palmares, assim como nega a política de reparações históricas. Mas, assim como Judas negou Jesus por três vezes, Lula também está em sua terceira negação às reparações históricas, pois já está em seu terceiro governo e não apresentou nada mais do que promessas vazias.

Fazer Palmares de novo, para além da retórica, significa, por um lado, ser oposição de esquerda e socialista ao governo Lula e, por outro, enfrentar a ultradireita golpista e autoritária.

LANÇAMENTO



Acabou de sair a nova edição da Revista Raça&Classe, da Secretaria de Negras e Negros do PSTU

SÃO PAULO

Governador Tarcísio de Freitas privatiza escolas e reprime manifestantes que lutam em defesa da Educação pública

DA REDAÇÃO,

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), está avançando com o seu projeto de privatização dos serviços públicos. Dessa vez, quem entrou na mira foi a Educação. 31 escolas, da capital e do interior, foram vendidas na Bolsa de Valores como uma mercadoria qualquer.

O primeiro lote, com 17 unidades de ensino, foi arrematado pelo consórcio Novas Escolas Oeste SP, formado pelo fundo de investimentos TRX e pela Engeform, empresa sócia da Consolare, que administra cemitérios na capital paulista. Mesmo sem experiência no ramo, o consórcio receberá, a cada mês, quase R\$ 12 milhões dos cofres públicos, para realizar a manutenção das escolas, a limpeza, a segurança e a alimentação, por 25 anos.

O segundo lote foi arrematado pelo consórcio SP+ Escolas, liderado pela empresa Agrimat, que irá construir e fazer a gestão de 16 escolas no interior do estado, também por



Protesto contra a venda das escolas públicas

25 anos. O governo vai pagar R\$12 milhões mensais para a empresa construir e administrar as escolas localizadas nas cidades de Aguai, Arujá, Atibaia, Campinas, Carapicuíba, Diadema, Guarulhos, Itapetininga, Leme, Limeira, Peruíbe, Salto de Pirapora, São João da Boa Vista, São José dos Campos, Sorocaba e Suzano.

REPRESSÃO

“Tarcísio avança nas privatizações apoiado na lei das Parcerias Público-Privadas

(PPPs), criada por Lula, lá em 2004. Assim como, nas regras do Novo Ensino Médio, que Lula não revogou. A privatização das escolas em São Paulo foi financiada pelo BNDES, que é de responsabilidade do governo federal. É dinheiro público sendo transferido a grupos privados. Dinheiro que deveria ser investido pela melhoria da Educação, mas o que ocorre são constantes cortes no orçamento da Educação”, diz a Professora Flávia, coordenadora da Apeosp – Subse-

de Lapa e militante do PSTU.

Para tentar conter a revolta contra o projeto, o governador bolsonarista utilizou a Força Tática da Polícia Militar para reprimir duramente estudantes e professores que protestavam em frente à Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa/B3), no centro da capital paulista.

“O governo cercou as imediações da Bovespa. Quando tentamos nos aproximar do local, a polícia respondeu com o uso de bombas de gás lacrimogêneo e golpes de cassetete. Mas

seguimos com o protesto, na linha de frente com os estudantes”, relata a Professora Flávia.

SEGUIR A LUTA!

O plano do governador de São Paulo é privatizar a administração de mais 143 escolas do estado. Professores, estudantes, trabalhadores da Educação, especialistas e movimentos sociais alertam que essa política trata a Educação como mera “mercadoria” e transforma as escolas públicas em “empresas”.

“É preciso seguir a luta, com a mobilização independente da classe trabalhadora, para enfrentar esses graves ataques à Educação pública e aos demais serviços públicos. Temos que cobrar do governo Lula que não haja qualquer financiamento do BNDES para a privatização. Assim como que revogue o Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de exigir o fim da lei das PPPs, que permitem aberrações como essa que Tarcísio e outros governos estão implementando”, finaliza a Professora Flávia.

RIO DE JANEIRO

Trabalhadores da Educação municipal aprovam greve por tempo indeterminado

LUISA ROSATI,
PROFESSORA DA REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Dez anos depois da última greve na rede municipal, a categoria se levanta mais uma vez para defender a Educação pública e os seus direitos, diante do duríssimo ataque representado pelo pacote de medidas do prefeito Eduardo Paes (PSD). Em assembleia realizada no último dia 12, deliberou-se pela greve por tempo indeterminado, a partir do próximo dia 25.

A mobilização é uma resposta ao Projeto de Lei (PL) 186, que reforma o Estatuto do Servidor,

retirando direitos do funcionalismo público municipal, como a licença especial, e viabilizando juridicamente o desvio de função dos profissionais.

Outra medida é a possibilidade de fragmentação das férias, que, no caso dos profissionais de Educação, significará a redução, possibilitando que o recesso de julho seja considerado metade das férias dos trabalhadores. Há, ainda, uma medida que, na prática, resultará no aumento de horas em sala de aula e redução do tempo de planejamento.

NÃO SÃO ATAQUES ISOLADOS

Os ataques de Eduardo Paes no Rio de Janeiro não são casos isolados. Em todo o país, os grandes grupos empresariais da Educação estão indo para cima da Educação Básica de forma nunca vista.

Em São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) está leiloando escolas. No Paraná, o governador Ratinho Jr. (PSD) já entregou a administração das escolas estaduais a empresas.

Trata-se, portanto, de um projeto que está sendo aplicado por todos os governos, a começar pelo governo Lula (PT).



Asssembleia define greve de professores no RJ

Basta lembrar que Jorge Paulo Lehman, dono da Americanas e terceiro homem mais rico do país, comanda uma fundação voltada para a Educação que dita políticas do Ministério da

Educação (MEC) e esteve na cabeça da elaboração do Novo Ensino Médio (NEM), tendo aplaudido, inclusive, as emendas negociadas entre Lula e o Congresso.

25 DE NOVEMBRO: DIA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO DE LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA À MULHER

“25N”: violência machista explode e Brasil bate recorde de feminicídios



ÉRIKA ANDREASSY,
DA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PSTU

O Brasil nunca registrou tantos feminicídios e transfeminicídios como no ano passado, quando ao menos 1.573 mulheres perderam a vida devido a este tipo de violência. 136 delas eram mulheres trans e, para cada caso consumado, outras duas tentativas tiveram lugar. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, dois terços dos julgamentos de feminicídio no judiciário são por tentativas de crimes.

Todas as modalidades de violência contra mulheres cresceram em 2023: ameaças (16,5%), agressões (9,8%), perseguições (34,5%), estupro (6,5%), assédios (28,5%), só para citar alguns exemplos. A cada seis minutos, uma mulher é estuprada. A maioria é de meninas negras, de até 13 anos, tendo como o agressor um familiar ou conhecido.

Cabe lembrar que as mulheres negras são as principais vítimas da violência de gênero. A chance de uma mulher negra ser vítima desse tipo de violência é duas vezes maior do que uma mulher branca, evidenciando a “naturalização” de um componente racista na violência machista em nosso país.

DESCASO DO GOVERNO LULA CONDENA MENINAS E MULHERES

Nestes dois anos de mandato, é nítido o descaso do

governo Lula/PT com a vida das mulheres. Em 2023, dos R\$ 149 milhões destinados ao Ministério das Mulheres, apenas R\$ 27,5 mi (18,5%) foram gastos. A Casa da Mulher Brasileira (principal programa na área) recebeu R\$ 18 milhões e não executou sequer um centavo.

Em 2024, o Ministério ainda viu seus recursos cortado em 17,5%, sendo a pasta mais afetada pela tescorada do Ministro da Fazenda Fernando Haddad. Já o Ministério da Justiça, que tinha previsto R\$ 45 milhões para ações de combate à violência contra mulheres, não repassou um real sequer.

PEC 164/12, QUE ACABA COM ABORTO LEGAL, AVANÇA NO CONGRESSO

Enquanto isso, no Congresso, a bancada reacionária avança contra nossos direitos reprodutivos, dessa vez por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 164/12, apresentada em 2012 por Eduardo Cunha, então deputado federal pelo MDB-RJ.

A proposta estabelece a “inviolabilidade do direito à vida desde a concepção” e representa o fim do direito ao aborto até mesmo nos casos hoje permitidos por lei, como gravidez em decorrência de estupro, com risco de morte para a mãe ou com feto anencéfalo (sem cérebro), cuja má



Manifestação em Belo Horizonte contra o PL 1904

formação fetal é incompatível com a vida fora do útero.

A relatora da PEC é a deputada de ultradireita Chris Tonietto (PL-RJ), que já apresentou parecer favorável à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ). Agora, se passar pela CCJ, o projeto segue em tramitação.

NOVO AJUSTE FISCAL DE LULA-HADDAD SIGNIFICA MAIS ATAQUES ÀS MULHERES TRABALHADORAS

Se não bastasse tudo isso, o governo ainda sinaliza com um novo ataque, por meio do novo ajuste fiscal. Entre as propostas em debate estão a redução do Benefício de Prestação Con-

tinuada (BPC), a limitação ao abono salarial (PIS/PASEP), cortes no seguro-desemprego e o fim do financiamento mínimo constitucional da Saúde e da Educação, dentre outras, para atender aos interesses dos grandes empresários e banqueiros capitalistas.

Todas essas medidas tendem a afetar sobretudo as mulheres trabalhadoras mais vulneráveis, principalmente as negras e pobres, já que são elas a maioria dos beneficiários do BPC, dos que ganham até 2 salários mínimos, dos que mais sofrem com o desemprego e a rotatividade no trabalho, dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos que dependem da escola

pública para garantir a educação de seus filhos.

Portanto, quaisquer medidas que tenham como alvo essas conquistas também representam uma violência contra as mulheres da nossa classe. Por isso, nesse “25N”, é preciso mobilizarmos nossas forças e irmos às ruas, contra os feminicídios, a violência machista e os ataques do governo e do Congresso.

- Chega de violência machista e de feminicídios!
- Não aos ataques econômicos do governo: contra o ajuste fiscal de Lula-Haddad! Abaixo o Arcabouço Fiscal!
- Criança não é mãe! Não à PEC 164/12! Em defesa do aborto legal!

MINISTÉRIO DAS MULHERES É DENUNCIADO POR ASSÉDIO MORAL E RACISMO



Ministra Cida Gonçalves

Depois das acusações de assédio sexual que culminaram no afastamento de Silvio Almeida do Ministério dos Direitos Humanos, agora é a Ministra Cida Gonçalves, do Ministério das Mulheres, que se vê envolvida em denúncias, dessa vez por assédio moral e omissão frente a situações de racismo envolvendo sua equipe.

De acordo com o portal “Alma Preta”, ao menos 17 funcionárias e ex-funcionárias confirmaram situações de assédio moral, perseguição, racismo e violência política por parte da ministra das Mulheres e de sua Secretaria Executiva, Maria Helena Guarezi.

As denúncias incluem até mesmo comentários como “De novo isso de racismo?” ou “Já vem essa de mulher negra”, feitos por membros da cúpula do Ministério, diante de questionamentos sobre políticas para mulheres negras. Segundo consta, a situação é tão grave que a pasta passou a receber o apelido de “Ministério do Assédio”.

ESCRAVIDÃO MODERNA

Quem tem medo do fim da escala 6x1?

Pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários

RENATA FRANÇA,
DE SÃO PAULO (SP)

No início desta semana, a bancada do Partido Liberal (PL) protestou em sessão do Congresso Nacional contra a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que determina o fim da escala 6x1, lançada por iniciativa do movimento Vida Além do Trabalho (VAT) e encampada pela deputada Erika Hilton (PSOL).

Contudo, o show de hipocrisia desses deputados que trabalham em escala 3x4 foi um tiro no pé. De imediato, os trabalhadores tomaram conta das redes sociais em apoio à extinção dessa escala desumana e colocaram o tema no centro do debate nacional. Até o boçal Nikolas Ferreira foi massacrado pelos próprios seguidores nas redes por se opor ao projeto.

É HORA DE PÔR FIM À ESCRAVIDÃO MODERNA

A luta pelo fim da escala 6x1 se massificou porque escancara a real situação da classe trabalhadora no Brasil. A maioria dos trabalhadores no país trabalha ou já trabalhou nessa escala. Ela simboliza a precarização da juventude trabalhadora, que ora está desempregada ou na informalidade, ora é obrigada a encarar jornadas exaustivas e abusivas, como as escalas 6x1 e 12x36, ou banco de horas, ou dois empregos em escalas intercaladas.

Ainda pior é quando a folga semanal é permanentemente desrespeitada pela patronal, assim como as horas diárias de trabalho que, com frequência, extrapolam jornadas de dez a doze horas ao dia ou mais, se considerarmos o tempo de deslocamento nas grandes cidades.

“LUTA PELO FIM DA ESCALA 6X1 SE MASSIFICOU PORQUE ESCANCARA A SUPEREXPLORAÇÃO CAPITALISTA”



Ato do primeiro de maio em São Paulo

Sem experiência e sem tempo para se qualificar, o jovem que entra no mercado de trabalho, já dilacerado pela reforma trabalhista, depara-se com uma verdadeira escravidão moderna, onde a alternativa é o emprego precário, com salários baixíssi-

mos e jornadas abusivas.

Esse ciclo mantém a juventude presa à precarização e sem qualquer perspectiva de futuro no mercado de trabalho nem sentido na própria vida, marcada por superexploração, assédio moral e humilhações no

trabalho, sem tempo livre para o lazer com amigos e familiares. Não à toa, vivemos uma epidemia silenciosa de doenças mentais, como depressão, ansiedade, pânico, burnout, o que tem levado trabalhadores inclusive ao suicídio.

ARRANCANDO O COURO DOS TRABALHADORES

Uma burguesia escravocrata num país decadente

À medida que a luta foi ganhando mais espaço, uma série de boatos invadiram as redes, buscando confundir o debate. A economia vai quebrar? Empresas vão demitir ou fechar as portas? A inflação vai subir de forma exorbitante?

Na verdade, a redução da jornada de trabalho, sem a redução de salários e direitos, pode inserir no mercado de trabalho milhões de pessoas que estão no desemprego e na informalidade. Nesse cenário, passariam a dispor de mais tempo e recursos para consumir e movimentar a economia.

O que acontece é que os grandes capitalistas são o tipo de gente que só quer o “venha a nós”, e “ao vosso reino”, nada.

Os capitalistas buscam a todo custo assimilar as novas tecnologias e formas de gestão, como a indústria 4.0, as terceirizações e as quarteirizações, para explorar ainda mais os trabalhadores e quebrar seus concorrentes. E querem sempre aumentar seu lucro e acumular cada vez mais capital à custa de cada vez mais exploração.

Quanto mais tecnologia disponível, mais as horas de trabalho deveriam diminuir, mas não é isso que acontece: aumentam a jornada e diminuem os salários. É assim que alguns ficam bilionários à custa da exploração alheia, enquanto a maioria não consegue ter vida além do trabalho, quando tem trabalho. E, no fim das con-

tas, deixam todo mundo tão exausto e tão pobre, que acaba não tendo pessoas para comprar o que é produzido. Então, são eles que causam as crises e quebram a economia, não a diminuição da jornada de trabalho e o aumento dos salários.

Todas as mudanças nas leis aprovadas pelo Congresso Nacional este ano, como o arcabouço fiscal e a desoneração da folha de pagamentos às grandes empresas, foram pagas com nossos impostos, ou seja, com a riqueza produzida pela classe trabalhadora. E a desoneração da folha não aumentou os empregos. O que tira o sono dessa burguesia agora é que quem pagará a conta dos novos empregos e

do aumento da massa salarial serão os empresários!

SE DEPENDER DOS CAPITALISTAS, TRABALHAREMOS ATÉ MORRER!

A mentalidade escravocrata desses senhores foi explicitamente expressa pelo picareta Marco Feliciano, que se opôs a convocar uma audiência pública em junho para debater de forma democrática a proposta da PEC contra a escala 6x1 no Congresso. Na ocasião, ele alegou que o trabalho dignifica o homem, e disse que, nas grandes economias do mundo, a população trabalha até a exaustão!

Nada mais falso! O Brasil tem uma das maiores jornadas de trabalho do mundo. Em média, os trabalhadores europeus

fazem 37,7 horas semanais. É óbvio que estamos falando da jornada de trabalho legal. As horas de trabalho reais do brasileiro aumentaram de maneira brutal nos últimos anos, com banco de horas, trabalho intermitente e aplicativos. A queda nos salários obriga muitos trabalhadores que estão empregados pela CLT a terem um bico ou outro emprego para complementar sua renda.

Quando Lula declarou que os trabalhadores não querem mais a CLT, ele o fez para justificar a aprovação do PL dos motoristas de aplicativos, legalizando uma nova modalidade de trabalho ainda pior, que permite o regime de até doze horas de trabalho para os motoristas de aplicativo!

VERGONHA

Lula e o PT lavam as mãos! Patrão e empregado que se resolvam



Lula e ministro do trabalho Luiz Marinho

O silêncio ensurdecedor do PT parece ter sido rompido somente depois que o líder do movimento VAT, e agora vereador do Rio de Janeiro, Rick Azevedo, cobrou, em entrevista ao UOL, que a bancada do PT se posicionasse, uma vez que naquele momento a maioria dos deputados da Frente Ampla não havia assinado o pedido de tramitação da PEC.

O governo, refém dos acordos políticos com o centrão e dos compromissos com o empresariado, só se posicionou na noite de 11 de novembro por meio de uma vergonhosa publica-

ção na rede social de Luís Marinho, ministro do Trabalho, que diz concordar com a jornada de 40 horas desde que seja negociada entre patrão e trabalhador, lavando as mãos em relação à proposta concreta de proibição da escala 6x1 e da redução da jornada.

O posicionamento de Marinho não é nenhuma novidade, pois foi o próprio PT, em governos anteriores, que aprovou o Acordo Coletivo Especial, abrindo margem para que o negociado prevaleça sobre o legislado. O que Luís Marinho, que conhece bem as negociações sindicais,

não diz é que, na prática, num acordo entre desiguais, a negociação com o patrão só pode resultar em algo abaixo do mínimo garantido pela CLT. Em dois anos de governo, Lula não revogou nem um ponto da reforma trabalhista conforme prometido em campanha.

Mas se por um lado o governo aplica com rigidez medidas para garantir o tal equilíbrio das contas públicas dentro das amarras do apelidado “calabouço fiscal”, em relação à redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1, o presidente lava as mãos.

ÀS RUAS

Vem pra luta pelo fim da escala 6x1!

Nós, do PSTU, nos somamos ao chamado pela mobilização nacional no dia 15 de novembro e seguiremos lutando pela ampliação e massificação da luta. Não acreditamos no Congresso, que aprova medidas como o arcabouço fiscal, a reforma tributária e a desoneração da folha de pagamento das empresas enquanto arrocha o seguro-desemprego e os direitos do trabalhador.

A CUT, a Força Sindi-

cal e as maiores centrais sindicais do país até agora não moveram seus esforços para construir essa luta. Já a CSP-Conlutas sempre esteve à disposição do movimento, pois sabe que essa luta só será vitoriosa se os movimentos sociais e sindicatos se unirem pela pauta que é de toda a classe, especialmente o setor mais precarizado.

É preciso ir às ruas, pois só a mobilização pode pressionar a tramitação da

PEC que pede o fim desta escala desumana. Mas é preciso ir além, exigir nas ruas um programa dos trabalhadores contra a superexploração, que proíba imediatamente a escala 6x1, garanta a redução da jornada e um conjunto de medidas para que os capitalistas paguem a conta.

Os lucros dos bilionários capitalistas não podem estar acima do bem-estar e da vida dos trabalhadores!



DEFENDEMOS



Pela proibição da escala 6x1 já! Mínimo de duas folgas na semana!



Redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução de salário e direitos, para que todos trabalhem!



Que os capitalistas paguem a conta! Congela-

mento do preço dos alimentos e produtos de consumo básico!



Revogação da reforma trabalhista, da lei das terceirizações e do PL dos aplicativos!



Por emprego digno, salário justo e mais direitos, ampliar a CLT! Nenhum vínculo empregatício sem

CLT e ir além! Direitos iguais para trabalho igual! Aumento geral dos salários rumo ao salário-mínimo que garanta alimentação, moradia e lazer para o trabalhador e sua família.



Por uma sociedade socialista, onde a riqueza produzida pelos trabalhadores seja controlada de forma democrática e colocada a serviço do desenvolvimento humano e da natureza!

ABAIXO-ASSINADO



Assine em apoio à PEC e participe das mobilizações em sua cidade!



REPORTAGEM

A luta pelos territórios quilombolas no Maranhão

JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO

O Censo Demográfico 2022, do IBGE, revela que há 1.327.802 quilombolas em todo o país. Apesar da titulação das terras quilombolas ser garantida pela Constituição, muito pouco se avançou. O censo identificou 494 territórios quilombolas oficialmente delimitados, mas somente 147 deles (onde vivem menos de 5% dos quilombolas) são oficialmente titulados.

Ainda de acordo com o censo, o Maranhão tem a segunda maior população quilombola do Brasil. São 269 mil pessoas, distribuídas em 32 municípios. Mas, ao longo dos últimos 30 anos, apenas 74 comunidades quilombolas foram tituladas no estado, sendo que 71 delas foram tituladas pelo Instituto de Terras do Maranhão e apenas três pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Esse quadro tende a piorar. Em dezembro de 2023, a Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou a Lei Estadual 12.169/2023., sancionada no mesmo dia pelo governador Carlos Brandão (PSB), facilitando a grilagem de terras no estado e suspendendo a regularização fundiária das



Acampamento do Moquibom na sede do INCRA

terras tradicionalmente ocupadas por populações quilombolas e demais comunidades camponesas tradicionais.

Na verdade, a lei serve apenas aos interesses dos grandes latifundiários, que promovem a grilagem de terras, em função da expansão da nova fronteira agrícola conhecida como Matopiba, que compreende regiões dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

“CHEGA DE EMBROMAÇÃO”: O MOQUIBOM E LUTA EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS

Nos últimos anos, todos os governos do Maranhão

implementaram um conjunto de obras públicas de infraestrutura em prol da produção de grãos, de carvão vegetal e da mineração siderúrgica, ampliando os conflitos territoriais em todo estado. De acordo com os dados publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Maranhão é um dos estados com maior número de conflitos agrários no país. Entre 2015 e 2021, foram registrados 1.172 conflitos por terra no estado, envolvendo 112.504 pessoas.

Diante dessa situação, o Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom),

filial à CSP-Conlutas, realizou um acampamento, entre os dias 21 a 25 de outubro, na sede do INCRA em São Luís, cobrando a regularização fundiária de mais de 400 comunidades. “Chega de embromação” foi a palavra de ordem da ação.

Depois de muita pressão, o superintendente regional do INCRA aceitou ouvir os quilombolas e o movimento conseguiu arrancar uma série de compromissos para agilizar a regularização dos territórios quilombolas. Muitos deles estão em processo bastante avançado,

mas foram paralisados pelo INCRA por “inércia própria”, como o próprio instituto reconhece em documentos oficiais.

Dentre os compromissos, estão a promessa de titular três territórios até o final do ano, agilizar procedimentos de levantamento fundiário e iniciar o trabalho em laudos antropológicos junto às comunidades.

A reportagem do Opinião Socialista percorreu algumas comunidades quilombolas na Baixada Maranhense, para entender o conflito e a luta pelo território realizada pelos quilombolas.

CHARCO

Uma referência para a luta quilombola

A Comunidade Quilombola Povoado do Charco está localizada no município de São Vicente Férrer, na Baixada Maranhense, a cerca de 280 quilômetros de São Luís (MA). É constituída pelas comunidades de Charco, com 85 famílias, e de Juçaral, com 52 famílias, totalizando mais de 530 pessoas que reivindicam uma área de 1.347 hectares como território tradicional.

A comunidade é uma referência para toda luta quilombola do Maranhão. Sua corajosa luta serviu de exemplo para muitas outras comunidades quilombolas e deu impulso ao surgimento do Moquibom, que, hoje, organiza mais de 300 comunidades em todo o estado. Mas essa história teve momentos muito duros, com perseguições, destruição de casas e roçados e assassinatos.

A comunidade se originou com os descendentes dos escravizados libertos após a abolição de 1888. Ocupavam terras livres para fazer seus plantios e levantar suas casas. No entanto, alguns anos depois, surgiu um fazendeiro que, se autointitulando “dono daquelas terras”, passou a cobrar “foro” dos moradores da comunidade.

O “foro” é uma obrigação de pagamento anual, em di-

nheiro ou em produtos, pelos trabalhadores rurais ao dono da terra, geralmente um grande fazendeiro. No Charco e no Juçaral, o fazendeiro que agia como proprietário das terras forçava o pagamento do “foro” para que as comunidades pudessem fazer suas roças. Como pagamento, o fazendeiro cobrava 12 paneiros de farinha, o que é equivalente a aproximadamente 360 quilos do produ-

to. Aqueles que não tinham como pagar toda a taxa, tinham galinhas, porcos e demais criações “confiscadas” pelo fazendeiro, para completar o foro.

Mas, em 2008, essa situação mudou. O líder quilombola Flaviano Pinto, criador da associação da comunidade, convenceu todos a não pagarem mais o foro. “Foi quando eles vieram cobrar, aqui, e gente disse que só pa-



garia se eles mostrassem os documentos de propriedade da terra, provassem que a terra era deles. Como eles não tinham, a gente não pagou mais. A terra era da comunidade”, explica Zilmar Mendes, sobrinha de Flaviano.

Mas o fazendeiro proibiu novos plantios e a instalação de novas casas. A comunidade, contudo, continuou a desafiá-lo e resistiu às pressões, sob a liderança de Flaviano. Em 2010, o líder quilombola foi

assassinado por pistoleiros e, até hoje, o crime segue impune, sem a prisão dos seus mandantes.

“Mataram ele pra que a gente desistisse. Mas Flaviano virou semente e nos deu força pra lutar. Nasceu um monte de

Flavianos pra lutar”, explica Zilmar, que assumiu a liderança do Charco após o assassinato do seu tio. Hoje, os “muitos Flavianos” que nasceram se organizam no Moquibom.

A LUTA CONTRA AS MANOBRAS E ATAQUES DO AGRONEGÓCIO

Em 2011, o movimento ganhou grande projeção estadual, com a ocupação da superintendência do INCRA, na capital São Luís. Na ocasião, o Moquibom realizou uma greve de fome, como forma de pressionar o órgão federal pela abertura do processo de titulação dos territórios quilombolas.

Mas, no Charco, a violência não parou. Em 2017, Raimundo Silva, conhecido como Umbico, outro morador da comunidade, também foi assassinado ao desafiar a proibição do fazendeiro em construir novas casas no ter-

ritório. A situação só começou a mudar quando o INCRA iniciou o processo de titulação do Charco.

O fazendeiro se utilizou de muitas manobras e artifícios, para atrapalhar o processo de desapropriação da área. No entanto, o Charco passou por todas as etapas da regularização das terras quilombolas e falta apenas a publicação da portaria de titulação, o que pode ocorrer ainda em 2024.

Mas, enquanto a titulação não sai, os fazendeiros continuam a infligir destruição do território, suprimindo a vegetação, retirando madeira e fomentando a entrada de invasores. Membros da comunidade mostraram à reportagem que alguns fazendeiros chegaram a mover as pedras de demarcação, instaladas pelo INCRA, para tentar subtrair parte do território da comunidade.

CRUZEIRO

Luta contra fazendeiros e invasores e a esperança da titulação

A comunidade de Cruzeiro, em Palmeirândia (MA), é outro território muito importante para a luta quilombola do estado. O território quilombola tem aproximadamente 730 hectares e está dividido pela Rodovia MA-014.

A comunidade vivia tranquilamente, até a chegada de um fazendeiro que se dizia dono daquelas terras e a tentativa de expulsar os moradores, colocando seus jagunços para destruir casas, roçados e ameaçar os quilombolas.

“Ele simplesmente mandou a gente fazer a colheita das nossas roças, porque ele ia plantar capim, fazer pasto. A gente tava acabando de colher a mandioca numa carroça quando o fogo já tava vindo atrás da gente. O fogo tocado pelo fazendeiro e os jagunços dele. Quase nós morre. Foi um desespero muito grande”, explica José Ribamar Cardoso, um dos quilombolas da comunidade.

Os moradores lembram que o fazendeiro queimou e

destruiu o barracão da associação várias vezes. Mesmo sob essas ameaças, alguns moradores mantiveram suas casas dentro do território. Outros, entretanto, moram nas imediações, mas utilizam a área para fazerem seus plantios.

Em 2007, a comunidade reagiu e retomou parte do território que fica em um dos lados da MA-014. “A gente tava em 500 pessoas e impedimos a destruição e o cercamento do território. Enfrentamos polícia e jagunços”, explica Zeca, morador do Cruzeiro.

Depois da intervenção do INCRA, que iniciou o processo de regularização quilombola, a situação dos moradores melhorou um pouco e, hoje, eles voltaram a trabalhar em uma parte do território, localizada em umas das margens da rodovia. A outra parte, porém, continua sendo proibida para eles, pois ainda está sob o controle

do fazendeiro. A associação dos moradores do Cruzeiro também está construindo uma biblioteca e uma creche, para trazer as crianças para dentro do território, enquanto seus pais vão trabalhar nos roçados.

DISPOSIÇÃO DE LUTA E AUTO-ORGANIZAÇÃO

Para obter a titulação definitiva, o INCRA ainda precisa fazer o levantamento fundiário e de ocupação dos moradores. “Não vejo a hora da gente receber o título, pra ficarmos sossegados. Pra que nossas famílias tenham autonomia dentro do nosso território, pra gente construir nossas casas. A maioria não faz mais casa no território, porque tem medo que elas sejam destruídas, como já aconteceu”, explica Anne Barbosa, uma das lideranças da comunidade.

A demora do INCRA também abre espaço para novas invasões ao território, inclu-



Anne, liderança do quilombo do Cruzeiro

sive de gente ligada ao poder público. “[Dentre os invasores], tem advogado, tem coronel. O fazendeiro parou, mas têm outras pessoas que dizem ter casas dentro do território. Há duas semanas, meu marido foi ameaçado, porque disse a ele que não podia construir casa dentro do terreno que ele dizia ser dele. Quando eu pedi o documento [aos invasores], eles disseram que só mostrariam ao advogado. Da outra vez, eles voltaram com quatro policiais”, explica Anne.

A comunidade também é ameaçada pela construção de uma ferrovia que vai cruzar o território até a Ilha do Cajual, onde será construído um porto para escoar soja e minério de ferro.

Apesar de todas as dificuldades, há muita esperança e disposição de luta. A comunidade do Cruzeiro vai abrigar o próximo encontro do Moquibom, marcado para 23 a 26 de janeiro de 2025. E, a depender do andamento dos acordos com o INCRA, novas ações, como acampamento e ocupações vão ocorrer.

RIO DE JANEIRO

G20: fora os imperialistas, genocidas e seus cúmplices

Esquerda “da ordem” abandona tradição da luta contra o imperialismo na América Latina

HERBERT CLAROS E RITA SOUZA,
DO RIO DE JANEIRO (RJ)

A reunião do G20, que será realizada nos próximos dias 18 e 19, no Rio de Janeiro, com os chefes de Estado das maiores economias do mundo, está permeada por um contexto de profunda crise do capitalismo, com a classe trabalhadora cada vez mais prejudicada pelos planos neoliberais de austeridade. Um contexto também marcado pelo avanço da ultradireita em diversos países e por várias guerras, como na Ucrânia e o genocídio do Estado de Israel contra a Palestina, que, agora, também se estende ao Líbano.

Lula deveria ter rejeitado que o G20 acontecesse no Brasil. É um absurdo sediar uma cúpula como essa, que só serve aos interesses das grandes potências imperialistas, principalmente num momento em que Israel conta com países cúmplices no genocídio do povo palestino.

GOVERNO LULA ESTENDE TAPETE VERMELHO A QUEM NOS ARRANCA O SANGUE

O governo brasileiro se torna cúmplice do imperialismo e do genocídio na Palestina ao estender “tapete vermelho” a chefes de Estado genocidas como Biden (Estados Unidos), Macron (França), Giorgia Meloni (Itália), Olaf Scholz (Alemanha) e Sergey Lavrov (que representará presidente russo Putin, que não virá ao Brasil). Esses líderes são patrocinadores diretos do Estado nazionista de Israel e alimentam o lucro das empresas de armas à custa das vidas de palestinos e libaneses.

Além disso, é um absurdo que essa cúpula aconteça no Brasil, um país que sofre diretamente as consequências do domínio do imperialismo. Seja em função da crise ambiental, da precarização do trabalho, das privatizações a serviço do mercado ou do desmantelamento dos serviços públicos necessários à qualidade de vida, como Educação e Saúde, por exemplo.



REPRESSÃO E COOPTAÇÃO

Mas, PT e Lula foram além no que diz respeito à conciliação com o imperialismo. Tentando justificar o controle da violência no Rio, num momento de visibilidade internacional, o governo escolheu impor um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que dá poder de polícia aos militares.

A GLO, prevista na Constituição Federal, confere ao Presidente da República o poder de mobilizar as Forças Armadas em situações extraordinárias de perturbação da ordem pública. A questão é simples: Qual “perturbação da ordem pública” o governo está esperando?

Fazer o uso abusivo e arbitrário da violência, com grave risco de adoção de medidas típicas de um regime de exceção, são incompatíveis com os preceitos democráticos brasileiros e do Direito Internacional.

O governo usa essa ferramenta de repressão estatal para garantir a segurança dos líderes genocidas e suas equipes. Alertamos os movimentos sociais de que, inclusive, eles podem usar essa medida para tentar intimidar e impor a não-realização de qualquer ato de protesto no Rio de Janeiro.

“G 20 SOCIAL”: UMA FARSA A SERVIÇO DA CONTENÇÃO DOS MOVIMENTOS

Mas, o governo também está atuando para tentar controlar os

movimentos sociais. Para tal, Lula criou um engodo chamado “G20 Social”, no qual estão importantes organizações sociais do país. Dizendo ser um espaço para debater temas sociais para o G20, o evento se reunirá de 14 a 16 de novembro e busca controlar os movimentos sociais, a fim de evitar protestos na cidade. Não existe um “G20 Social” e nunca existiu, em nenhuma das edições do G20.

No “G20 Social” serão realizadas oficinas e os movimentos sociais irão enviar uma carta com “recomendações” aos go-

vernos reunidos no verdadeiro G20. Não precisa ser nenhum militante com muita formação para saber que Biden (EUA), Macron (França) ou Olaf Scholz (Alemanha) nem sequer vão olhar essa carta.

O imperialismo está pouco se lixando pros movimentos sociais. Não existe “imperialismo social”. Imperialismo é sinônimo de exploração, pilhagem e guerras. Portanto, Lula, quando cria o “G20 Social”, está na verdade tentando cooptar os movimentos sociais para uma armadilha imperia-

lista de pacificação das lutas sociais no mundo.

O mais vergonhoso, contudo, é como a maioria das organizações sindicais e sociais se incorporaram a esse engodo. O tal “G20 Social” contará com a participação de todas as centrais sindicais, com exceção da CSP-Conlutas, e grande parte das organizações dos movimentos sociais que são atrelados ao governo, política ou economicamente, através de verbas públicas destinadas às ONGs ou aos projetos sociais.

PSTU ESTARÁ PRESENTE

Esquerda rompe com Cúpula dos Povos para proteger governo e os imperialistas do G20

O destaque nessa polêmica é para a postura da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento Sem-Terra (MST), que estavam na construção da Cúpula dos Povos Frente ao G20 e romperam com este processo quando o governo sinalizou que não queria qualquer tipo de protesto contra o G20.

Durante algumas reuniões de preparação da Cúpula dos





Protestos contra o G20 em Londres

Povos Frente ao G20, já foi percebido o interesse dessas organizações, e de algumas outras que apoiam o governo, em sempre tentar transformar a Cúpula dos Povos, que tradicionalmente é um espaço de crítica e oposição ao imperialismo, em um espaço de “colaboração” com a pauta que o governo apresenta ao G20: combate à fome, desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) e a reforma da governança global.

“MARCHA DOS POVOS” LEVARÁ LUTA CONTRA O ANTI- IMPERIALISMO PARA AS RUAS

Mesmo com alguns boicotes e a ruptura destas organizações, a Cúpula dos Povos Frente ao G20 terá uma agenda de debates na quinta-feira, a partir das 14h, no Plenário da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no centro do Rio, e a manifestação, às 8h, em Copacabana, no Posto 6, com chamado “Marcha dos Povos: Palestina Livre, do Rio ao Mar: Fora Imperialismo!”.

A luta anti-imperialista não é um fenômeno do passado, mas um desafio constante e atual para a esquerda latino-americana e brasileira, que deve continuar a buscar caminhos para garantir a verdadeira autonomia e soberania da classe trabalhadora frente às pressões do imperialismo.

Por isso mesmo, a militância do PSTU estará presente na Cúpula dos Povos e nas ruas do Rio de Janeiro, para protestar contra o G20 e a presença dos genocidas e seus cúmplices em nosso território!

TRADIÇÃO

A história da luta anti-imperialista na América Latina

A luta anti-imperialista tem suas raízes em uma história de colonização, escravidão, genocídio de povos originários e exploração, que remonta ao período colonial, contra os colonizadores espanhóis e portugueses.

No entanto, a resistência, especialmente no século 19 e nas primeiras décadas do século 20, se consolidou como uma força política central, com o surgimento

de movimentos nacionalistas, socialistas e anti-imperialistas, em resposta à dominação das potências europeias e, posteriormente, aos Estados Unidos.

As décadas de 1960 e 1970, com a repressão das ditaduras militares nos países latino americanos, que contaram com o apoio e patrocínio dos Estados Unidos, mostraram a intensidade da resistência, mas também o

custo humano da luta contra os interesses imperialistas na região.

Desde a chegada de Cristóvão Colombo até os dias de hoje, a luta anti-imperialista no nosso continente é marcada por sangue e bravura dos povos originários, de africanos escravizados, de pobres imigrantes e da classe operária. Na América Latina é impossível ser socialista sem ser anti-imperialista!



Estudantes em passeata em São Paulo contra os acordos MEC-Usaid

ADAPTAÇÃO

Esquerda lulista abandonou a luta anti-imperialista

Nos últimos anos, a esquerda brasileira tem vivido um forte processo de adaptação, a partir do atrelamento da sua política à lógica eleitoral e governamental. A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder significou um abandono da histórica bandeira da luta contra o imperialismo. Hoje, a luta anti-imperialista continua a ser um pilar central somente para uma parte da esquerda.

Durante os governos Lula e Dilma, se aprofundaram ainda mais as alianças com países como os Estados Unidos e o estreitamento das relações com o mercado financeiro internacional. Ao mesmo tempo, questões internas, como o fortalecimento da indústria nacional e a defesa da soberania energética, passaram a ser tratadas de maneira subordinada aos interesses do grande capital internacional, especialmente com a implementação de projetos que envolviam a exploração de re-

ursos naturais em parceria com multinacionais.

Em síntese, os governos do PT são responsáveis pelo aprofundamento da alocação do Brasil, transformado em um mero exportador de “commodities”, não só de produtos agropecuários como também de petróleo.

É PRECISO ROMPER COM A CONCILIAÇÃO DE CLASSE E CONSEQUENTE SUBORDINAÇÃO AO IMPERIALISMO

Na prática, o governo petista, e, por extensão, a esquerda brasileira que o apoia, adotam uma estratégia de conciliação de classes que dilui as tensões anti-imperialistas em nome de um desenvolvimento pautado pelo mercado globalizado.

Em vez de avançar para uma real desconexão dos mecanismos de dependência imperialista, o governo Lula e parte da esquerda apostaram na integração ao sistema financeiro internacional, mantendo o Brasil como um mero expor-



Lula no G20 realizado na Índia

tador para as grandes potências econômicas.

Em um cenário global onde o imperialismo continua a ser uma força hegemônica, que pressiona e molda os rumos das nações periféricas, é inaceitável o alinhamento da esquerda com um governo que, embora tente passar ares de progressista em muitos aspectos sociais, se coloca como parte do sistema global de dominância econômica.

O PT, ao se aproximar de potências econômicas e financiar grandes projetos globais, não questionou de forma incisiva as estruturas de poder que garantem a exploração dos países mais pobres, incluindo o Brasil.

O apoio irrestrito ao governo Lula por parte da esquerda brasileira contribuiu para o afastamento de uma crítica contundente ao imperialismo. Com a priorização das ques-

tões internas e sociais, a esquerda foi absorvida por uma política de conciliação de classes que se subordina aos interesses do capital internacional.

A reconquista de uma agenda verdadeiramente anti-imperialista, que inclua tanto o avanço das pautas e lutas sociais quanto a afirmação da soberania nacional, é essencial para reorientar a esquerda no Brasil e dar novo sentido à sua luta no século 21.

ESTADOS UNIDOS

Donald Trump venceu as eleições nos Estados Unidos. E agora, como combatê-lo?

Quando fechávamos esta edição, a apuração das eleições norte-americanas consagrava uma vitória massacrante de Donald Trump. Leia o artigo do “Worker’s Voice/La voz de los trabajadores” sobre as eleições e as tarefas colocadas para os trabalhadores

MICHAEL SCHREIBER, DO WORKER’S VOICE/LA VOZ DE LOS TRABAJADORES (PARTIDO-IRMÃO DO PSTU NOS EUA)

Deveria estar evidente que o presidente eleito Trump é um canalha: um racista, um abusador de mulheres, um amigo dos supremacistas brancos e um aspirante a ditador autoritário. Como é possível, então, que ele tenha vencido as eleições de 2024?

Algumas pessoas, é óbvio, foram enganadas pelas mentiras de Trump ou aceitaram seus argumentos racistas e ultranacionalistas. No entanto, segundo as pesquisas, milhões não votaram, o que deveria acabar com a ideia de que houve uma virada massiva à direita, pela classe trabalhadora norte-americana.

Mesmo assim, Trump, como um vendedor de feira, conseguiu atrair muitos eleitores para seu campo, com a visão de um futuro glorioso que só exige que ele seja reinstalado na Casa Branca. Ele conquistou um contingente considerável de trabalhadores, principalmente com promessas de mais empregos e preços mais baixos.

PROTECIONISMO

A principal receita de Trump para gerar mais empregos é impulsionar a indús-

tria norte-americana, impondo enormes tarifas sobre produtos fabricados no exterior. “Não permitiremos que países venham, levem nossos empregos e saqueiem nossa nação”, declarou ele, acrescentando, ainda, que “a maneira de venderem seus produtos nos Estados Unidos é fabricá-los aqui. Bem simples, assim”.

Trump afirmou ainda que impor uma tarifa de 60% sobre produtos vindos da China – o principal fornecedor estrangeiro dos Estados Unidos – e tarifas de até 20% sobre produtos de outros países. Não se fala, contudo, até que ponto as tarifas de Trump contribuiriam para a inflação e, provavelmente, desencadeariam represálias de outros países.

Ao mesmo tempo, dizem que a Casa Branca de Trump fomentaria a produção industrial norte-americana, reduzindo drasticamente os impostos e regulamentações e expandindo a produção de combustíveis fósseis, com uma política ambiental de perfurações ilimitadas. Os lucros extraordinários prometidos às empresas industriais supostamente beneficiariam os trabalhadores, embora, no passado, essas políticas tenham servido apenas

para enriquecer os donos destas empresas.

Para adoçar o pacote, Trump espalhou algumas promessas adicionais para as massas, como, por exemplo, eliminar os impostos sobre gorjetas, horas extras e a Seguridade Social.

XENOFOBIA, RACISMO E LGBTIFOBIA

Trump também apontou os imigrantes como bodes expiatórios para os problemas econômicos e sociais do país. Segundo ele, toda forma de criminalidade, o desemprego e o consumo excessivo de drogas são causados por uma “invasão” de imigrantes nos Estados Unidos. Acusou até mesmo imigrantes de uma cidade no interior do estado de Ohio, Springfield, de comerem “pets” de moradores locais.

Como solução, prometeu “selar a fronteira”, reiniciando as obras de seu “Muro”, enquanto empreenderia o que, segundo sua campanha, seria “a maior operação de deportação da História dos Estados Unidos”.

Também estarão na pauta cortes em legiões dos chamados “burocratas desonestos” e “inimigos” dentro dos departamentos federais, no financiamento para escolas que ensinam sobre direitos trans e a “teoria crítica da raça”, além de ataques a inúmeras proteções ambientais. Enquanto isso, o perigo para os direitos reprodutivos aumentará enormemente.

Claro que Trump, provavelmente, enfrentará muitos obstáculos para alcançar seus objetivos declarados. Para começar, é certo que enfrentará fortes ventos contrários, em um cenário cada vez mais tenso de políticas protecionistas interimperialistas e guerras comerciais, bem como conflitos militares em vários continentes.



A colunista do jornal “The Financial Times”, Rana Foroohar, apontou: “As políticas partidárias não acabarão com essas eleições; de fato, podem piorar. A produtividade está desacelerando, a população está envelhecendo... e o país enfrenta ameaças competitivas da China e de outros mercados emergentes, que cada vez mais se unem em suas próprias alianças de consenso pós-Washington”.

Embora seja cedo demais para prever exatamente quais medidas Trump e seus aliados poderão implementar, e quais serão as consequências, não há dúvida de que a classe trabalhadora e os oprimidos serão os perdedores, a menos que reajam.

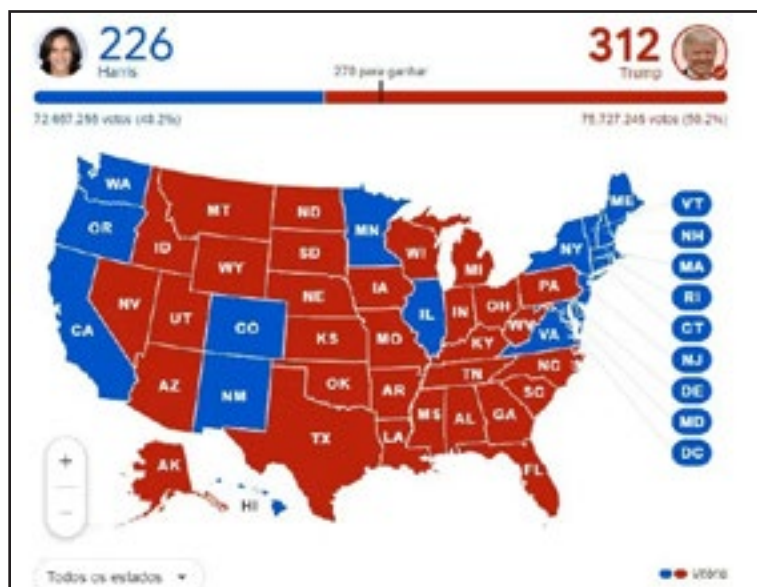
CONTINUAR NAS RUAS

A História mostra que tanto os Democratas quanto os Republicanos sempre sacrificam os interesses dos trabalhadores, para garantir que as grandes empresas continuem operando de forma tranquila e lucrativa. Apesar de suas disputas partidárias, especialmente

em época de eleição, ambos os partidos servem, em última análise, aos interesses dos ricos, não aos das pessoas que precisam trabalhar para viver.

Para repelir os ataques da administração Trump – bem como conquistar mudanças significativas – o melhor que podemos fazer é continuar a nos manifestarmos nas ruas. Precisamos construir movimentos de protesto gigantescos, que deixem evidente para os governantes deste país que, se não atenderem nossas demandas, serão engolidos pela revolta.

Em última análise, a opressão sistemática do povo trabalhador norte-americano só mudará quando as vítimas, em milhões, romperem com os dois grandes partidos capitalistas e construírem seu próprio partido independente. Precisamos de um partido da classe trabalhadora – liderado por um movimento sindical combativo, democrático e revigorado –, que lute todos os dias em defesa dos oprimidos e explorados e que aspire à instauração de um governo dos trabalhadores.



VITÓRIA DE TRUMP

Quando as pessoas procuram uma alternativa e não encontram nenhuma, elas vão para o outro lado

JOHN PRIETO,
DO WORKER'S VOICE

Agora que a eleição acabou, está ficando mais nítido porque Kamala Harris perdeu. Não foi culpa dos eleitores latinos. Nem foi culpa dos eleitores muçulmanos ou árabes. Nem foi, principalmente, devido ao machismo ou ao racismo.

ESTOU MELHOR AGORA DO QUE HÁ QUATRO ANOS?

Esta eterna pergunta em um ano eleitoral, para a maioria dos trabalhadores, poderia ser definitivamente respondida na negativa.

De acordo com as pesquisas de boca de urna da agência NBC News, 68% dos eleitores achavam que a economia “não está tão boa/está pobre”. Três quartos dos eleitores disseram que a inflação causou dificuldades moderadas ou graves às suas famílias. Um número semelhante disse estar insatisfeito ou irritado com a forma como as coisas estavam indo no país.

Harris, previsivelmente, perdeu o apoio de todos esses grupos. Num ano em que os rendimentos familiares estão diminuindo sob o peso da inflação e a contínua ofensiva dos padrões pós-COVID, Harris optou por não oferecer qualquer alternativa. Quando teve a oportunidade de se distanciar de Biden, se recusou a reconhecer que alguma coisa tivesse mudado nos últimos quatro anos.

Em vez de fazer uma campanha centrada nas dificuldades reais causadas pela inflação e distanciar-se de um titular historicamente impopular, aproximou-se ainda mais de Biden e, consequentemente, da atual situação econômica. Quando as pessoas procuram uma alternativa e não a encontram, vão para outro lado.

Você está preocupado com as mudanças climáticas? Que pena! Kamala Harris quer mais “fracking” (mineração através do fraturamento hidráulico). Você está preocupado com a retórica violenta de Trump em relação à imigração e deportação? Má sorte! Harris prometeu aprovar a fracassada Lei Bipartidária de Fronteiras, para colocar mais policiais na fronteira, criar um mecanismo para fechar a fronteira para pedidos de imigração e asilo e facilitar o processo de deportação.

Além disso, em vez de se opor à narrativa racista de Trump, ela reforçou-a, posicionando-se como a Procuradora de Fronteira, responsável e experiente, que poderia realmente fazer com que isso acontecesse.

E, assim, a campanha

de Kamala Harris foi vista como apoiando uma fronteira forte, mais fraturamento hidráulico, nem uma palavra sobre os direitos trans, rejeitando cuidados de Saúde universais e gratuitos, colocando os Republicanos no gabinete, mantendo o exército “mais letal” do planeta e continuando a armar e financiar Israel no genocídio em Gaza.

CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA INDEPENDENTE DA CLASSE OPERÁRIA

Por que Kamala Harris fez tanto para desmobilizar a sua “base” e perder estas eleições? A resposta é simples. Todos nós – imigrantes, afro-americanos, pessoas LGBTQ+ e a classe trabalhadora – não somos a sua base. Nunca fomos.

A base do Partido Democrata, a sua verdadeira base, é a mesma do Partido Republicano. Eles participam juntos em conselhos de administração de empresas, enviam os seus filhos para as enclausuradas escolas de elite e lucram, juntos, com a guerra e o empobrecimento.

Para enfrentar Trump, para combater o crescimento da política reacionária, a classe operária e os oprimidos precisam construir a nossa própria alternativa. Vimos um exemplo de como responder a Trump nos protestos militantes em massa, que se opuseram à “proibição dos muçulmanos”, em 2016.

Mas o impulso político anti-Trump foi absorvido pelas ONGs liberais, que o canalizaram para o Partido

Democrata. Devemos construir as nossas próprias organizações, independentes dos Democratas, porque os Democratas, apesar das disputas partidárias em época eleitoral, estão de braço dado com Trump e os Republicanos na gestão conjunta do capitalismo e do imperialismo norte-americanos.

Temos de lutar contra Trump e as políticas reacionárias que certamente se avizinham, mas não devemos permitir que essa luta seja absorvida pelas mesmas instituições e líderes políticos que criaram as condições para a ascensão de Trump. O que precisamos é de um partido independente da classe operária. Aproveitemos este momento para unir as forças que possam construí-lo e levá-lo à vitória.

Kamala Harris candidata derrotada nas eleições dos Estados Unidos



EDITORA SUNDERMANN



Descubra os lançamentos imperdíveis da temporada!



DA REDAÇÃO

Na Sundermann, o mês de novembro chegou com grandes novidades. Além de dar continuidade à publicação da coleção “Havia alternativa ao stalinismo?”, de Vadim Rogóvin, com dois novos livros (um no início, outro no final do mês), a editora está lançando outras duas obras: “A juventude de Lênin”, um livro de Leon Trotsky, e “A invenção da classe trabalhadora brasileira”, do jurista Marcus Orione.

“1937”, DE VADIM ROGÓVIN



Após “Havia alternativa ao stalinismo?”, primeiro tomo da coleção de mesmo nome do historiador marxista russo Vadim Rogóvin, a Sundermann traz ao público “1937”. Nesta obra, traduzida pela primeira vez para a língua portuguesa, direto do russo, Rogóvin aborda o grande terror ocorrido na ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), do primeiro “Processo de Moscou”, em agosto de 1936, até o “plenum” do Comitê Central, em junho de 1937. Com vasta documentação, o autor expõe farsas judiciais, falsas confissões, arrancadas sob tortura, e execuções. O foco do trabalho, no entanto, não é descrever os fatos em si, mas, nas palavras do autor, “examinar o mecanismo do surgimento e do impetuoso crescimento do grande terror e revelar os motivos pelos quais essa grande ação terrorista se viu possível e exitosa”. Para sufocar a resistência dos que se recusavam a abandonar os ensinamentos da Revolução de Outubro, foi necessário ao stalinismo empreender um terror brutal. Assim como no primeiro tomo da coleção, o leitor terá um material complementar, que possibilita uma melhor compreensão do texto: lista de siglas e organizações, glossário, datas de congressos e conferências e notas biográficas.

“O PARTIDO DOS FUZILADOS”, DE VADIM ROGÓVIN



Este livro publicado pela Editora Sundermann de forma simultânea a “1937” seria o “Tomo V” da obra “Havia alternativa ao stalinismo?”. Segundo Rogóvin, a introdução da oposição das forças comunistas ao regime stalinista, como um novo item na base de dados da análise histórica e o preenchimento das lacunas a partir dos arquivos abertos nos anos 1980, levam à conclusão de que o stalinismo teve de se utilizar do terror estatal em forma e escala nunca vistas antes na História, para sufocar a oposição, levando ao extermínio de pelo menos duas gerações de bolcheviques. Cerca de 800 mil foram fuzilados, a maioria comunistas. A partir de uma rigorosa investigação, o autor analisa os eventos ocorridos entre junho de 1937 e o final de 1938. E, também, as consequências após os mesmos, abordando, com vasta documentação, como se chegou ao discurso de Krushchiov, no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS); porque, na época do degelo e da estagnação, a reabilitação das vítimas e a condenação dos Processos de Moscou foram jogadas para debaixo do tapete e a manutenção da falsificação histórica e seu nexos com a “Perestroika” e “Glasnost”, promovidas por Gorbatchiov e com a restauração capitalista. A pesquisa do historiador também identifica e cobre lacunas dos “Boletins da Oposição de Esquerda”, assim como aponta o que na sua opinião se cumpriu de forma parcial nos prognósticos de Trotsky.

“A JUVENTUDE DE LÊNIN”, DE LEON TROTSKY



Este livro nos oferece um retrato fiel do jovem Lênin. De um lado, biógrafos burgueses pintam Lênin como um tirano cruel, desde jovem, que estaria na origem dos horrores stalinistas. De outro, stalinistas tentam demonstrar que Lênin “nasceu marxista”, um revolucionário pronto e infalível. Contraopondo-se a estas duas visões reacionárias, Trotsky refaz o percurso do jovem Vladimir Uliánov. A morte do pai despertou nele o espírito crítico. A morte de seu irmão Aleksandr, enforcado por participar do atentado ao czar, apresentou a ele o “Naródnaia Vólia”, partido adepto às ações terroristas. Mas foi aos estudos que Vladimir entregou a maior parte de sua juventude. O leitor também vai entender a vida familiar de Vladimir e conhecer o garoto que jogava xadrez, zombava dos outros, nadava e praticava atividades físicas. Os quinze capítulos eram parte de um projeto maior, que Trotsky não pôde terminar, explicado no prefácio de Jean van Heijenoort, secretário e colaborador próximo de Trotsky.

“A INVENÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA”, DE MARCUS ORIONE



Nesta obra, Marcus Orione desvela, a partir de autores como Marx, Pachukanis, Althusser e Edelman, a contratualidade como categoria teórica para entendimento da dinâmica essência-aparência, que organiza a exploração da força de trabalho na constituição do capitalismo brasileiro. O livro se dedica a explicar o papel singular que o Direito do Trabalho ocupa no surgimento da forma jurídica no Brasil. Demonstra como ele foi usado como instrumento decisivo para que fosse possível promover a invenção da classe trabalhadora num território que, por quatro séculos, contava apenas com mão de obra escravizada. Também estabelece, ao final da análise, uma alternativa teórica a respeito do lugar da questão da raça na formação social brasileira.

SERVIÇOS

ADQUIRA O SEU!

www.editorasundermann.com.br
vendas@editorasundermann.com.br
WhatsApp: (11) 98649 5443
Instagram: @editorasundermann
Facebook: /sundermanneditora
YouTube: @sundermanneditora

EDITORA
sundermann

